



## **A presença da ditadura militar no Brasil no campo da Ciência da Informação**

**Amanda Dameto Hortencio, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil,  
<https://orcid.org/0009-0005-7579-8170>**

**Zaira Regina Zafalon, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil,  
<https://orcid.org/0000-0002-4467-2138>**

**DOI: <https://doi.org/10.62758/re.316>**

### **RESUMO**

O presente estudo realiza um mapeamento sistemático da produção acadêmica em Ciência da Informação sobre a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), examinando 131 documentos (100 artigos e 31 trabalhos de evento) para compreender as narrativas informacionais construídas acerca do regime autoritário, em especial no tensionamento entre memória coletiva e direito ao esquecimento previsto na Lei da Anistia de 1979. A pesquisa apoia-se em três eixos teóricos — características do regime (censura, repressão e controle da informação); teoria da memória e do esquecimento; e o papel da Ciência da Informação na preservação e recuperação de registros históricos —, adotando abordagem quali-quantitativa, exploratória e aplicada, com coleta de dados na base BRAPCI e análise de conteúdo categorial. Os resultados evidenciam sete categorias temáticas principais: arquivos da ditadura, censura, Comissão da Verdade, comunicação na ditadura, direitos humanos, memória da ditadura e resistência, destacando esforços de arquivamento e digitalização, estudos sobre silenciamento, avaliações das comissões de investigação e a dimensão ética dos profissionais da informação no acesso público à memória histórica. Conclui-se que a Ciência da Informação configura-se campo estratégico para assegurar o direito à verdade e combater o esquecimento institucionalizado, recomendando-se o fortalecimento de práticas arquivísticas e de divulgação que garantam acesso democrático aos registros das violações, contribuindo para processos de justiça de transição e aprendizado coletivo.

**Palavras-Chave:** Ditadura Militar; Memória; Ciência da Informação; Brasil.

### ***La presencia de la dictadura militar en Brasil en el campo de las Ciencias de la Información***

### **RESUMEN**

Este estudio mapea sistemáticamente la producción académica en Ciencias de la Información sobre la Dictadura Militar Brasileña (1964-1985), examinando 131 documentos (100 artículos y 31 ponencias) para comprender las narrativas informativas construidas sobre el régimen autoritario, especialmente con respecto a la tensión entre la memoria colectiva y el derecho al olvido estipulado en la Ley de Amnistía de 1979. La investigación se basa en tres ejes teóricos: características del régimen (censura, represión y control de la información); la teoría de la memoria y el olvido; y el papel de las Ciencias de la Información en la preservación y recuperación de registros históricos, adoptando un enfoque cualitativo-cuantitativo, exploratorio y aplicado, con recopilación de datos de la base de datos BRAPCI y análisis de contenido categorial. Los resultados destacan siete categorías temáticas principales:





archivos de la dictadura, censura, la Comisión de la Verdad, comunicación durante la dictadura, derechos humanos, memoria de la dictadura y resistencia, con énfasis en las iniciativas de archivo y digitalización, estudios sobre silenciamiento, evaluaciones de comisiones de investigación y la dimensión ética de los profesionales de la información en el acceso público a la memoria histórica. Se concluye que las Ciencias de la Información constituyen un campo estratégico para garantizar el derecho a la verdad y combatir el olvido institucionalizado, recomendando el fortalecimiento de prácticas de archivo y difusión que garanticen el acceso democrático a los registros de violaciones, contribuyendo a los procesos de justicia transicional y al aprendizaje colectivo.

**Palabras-Clave:** Dictadura Militar; Memoria; Ciencias de la Información; Brasil.

### *The presence of the military dictatorship in Brazil in the field of Information Science*

#### **ABSTRACT**

This study systematically maps academic production in Information Science on the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985), examining 131 documents (100 articles and 31 conference papers) to understand the informational narratives constructed about the authoritarian regime, especially regarding the tension between collective memory and the right to be forgotten as stipulated in the 1979 Amnesty Law. The research is based on three theoretical axes—characteristics of the regime (censorship, repression, and control of information); the theory of memory and forgetting; and the role of Information Science in the preservation and retrieval of historical records—adopting a qualitative-quantitative, exploratory, and applied approach, with data collection from the BRAPCI database and categorical content analysis. The results highlight seven main thematic categories: archives of the dictatorship, censorship, the Truth Commission, communication during the dictatorship, human rights, memory of the dictatorship, and resistance, emphasizing archiving and digitization efforts, studies on silencing, evaluations of investigation commissions, and the ethical dimension of information professionals in public access to historical memory. It is concluded that Information Science constitutes a strategic field for ensuring the right to truth and combating institutionalized forgetting, recommending the strengthening of archival and dissemination practices that guarantee democratic access to records of violations, contributing to transitional justice processes and collective learning.

**Keywords:** Military Dictatorship; Memory; Information Science; Brazil.

## **1 INTRODUÇÃO**

A Ditadura Militar no Brasil, um período que se estendeu de 1964 a 1985, marca uma das fases mais conturbadas e complexas da história brasileira. Sustentado pela doutrina de segurança nacional, o regime consolidou um aparato repressivo voltado à supressão de direitos civis, censura à imprensa, perseguição política e eliminação de opositores sob a

justificativa de combater a subversão e promover o desenvolvimento. A repressão atingiu movimentos estudantis, greves operárias, setores da esquerda, artistas, intelectuais e partidos políticos gerando resistências em múltiplas frentes – da luta armada à mobilização civil.





A transição democrática foi gradativa, marcada por pressões sociais crescentes ao longo dos anos 1980. A campanha “Diretas Já” – ainda que não tenha obtido eleições diretas naquele momento – foi fundamental para viabilizar o processo de redemocratização. A eleição de Tancredo Neves, em 1985, representa esse novo ciclo, ainda que sua posse não tenha ocorrido por motivos de saúde, tendo seu vice, José Sarney, assumido o governo.

Sessenta anos após o golpe, a Ditadura Militar permanece como uma ferida aberta na memória nacional brasileira. O debate sobre esse período é permeado por tensões emocionais, políticas e éticas, refletindo tanto as violações cometidas quanto as dificuldades de enfrentamento desse legado. Ao contrário de outros países do Cone Sul, o Brasil adotou uma abordagem mais lenta e fragmentada no processo de justiça de transição, distanciando-se de políticas de responsabilização e reparação imediatas.

Exemplo emblemático dessa postura é a Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979), que impossibilitou a responsabilização penal de agentes do Estado por crimes cometidos durante o regime (Lei nº 6.683, 1979). Segundo Uzêda (2024), tratou-se de um “pacto do esquecimento”, não oficializado por documentos ou consulta popular, mas efetivamente estabelecido nas entrelinhas políticas da época. Tal medida impôs obstáculos significativos à construção duma memória justa, sendo até hoje um entrave para familiares de desaparecidos que lutam por verdade e justiça.

A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, representou um marco na tentativa de confrontar as violações do passado. Seu relatório final, entregue em 2014, identificou responsáveis por torturas e mortes, além de propor medidas de reparação, como a requalificação de espaços públicos e a abertura de arquivos (Santos, 2021). No entanto, mesmo com esses avanços, persistem

desafios na consolidação de uma memória coletiva que contemple múltiplas vozes e experiências.

As memórias sobre a Ditadura não são homogêneas: elas se constituem por narrativas fragmentadas, disputas simbólicas e interpretações divergentes, muitas vezes influenciadas por posições ideológicas. De acordo com Santos (2021), essas memórias coletivas moldam modos de sentir, agir e avaliar o passado e o presente, sendo fundamentais para a construção das identidades sociais. Nesse contexto, ganha relevância o debate sobre o direito ao esquecimento que, no caso da Ditadura, tem sido criticado por promover o silenciamento de violações graves (Karam & Oliveira, 2020).

Diante dessas questões, a pesquisa busca responder à seguinte pergunta: como os estudos da Ditadura Militar no Brasil estão retratados na Ciência da Informação? Para isso, como objetivo geral, propõe-se investigar como a memória da Ditadura Militar no Brasil é preservada e representada no campo da Ciência da Informação, a partir de três objetivos específicos: caracterizar a Ditadura Militar no Brasil; contextualizar os estudos sobre Memória e Esquecimento; analisar o papel da Ciência da Informação na preservação e difusão da memória sobre o regime ditatorial.

Ao refletir sobre os 60 anos do golpe, torna-se imprescindível compreender o papel desse campo na formação das narrativas e na mediação entre passado e presente.

Metodologicamente, trata-se de um estudo aplicado, de natureza quali quantitativa, com objetivo exploratório, adotando-se como procedimento o mapeamento sistemático da literatura disponível na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). A análise dos resultados será orientada pela análise de conteúdo, permitindo identificar padrões e





tendências nas abordagens informacionais sobre o período.

Espera-se que este estudo contribua para a ampliação do debate sobre o papel da informação e da memória em contextos de autoritarismo, evidenciando como os registros

e suas mediações constroem narrativas históricas. Ao promover o acesso à informação e à verdade, a pesquisa reforça os valores democráticos e o compromisso com a justiça social, demonstrando que o passado, quando bem documentado e debatido, pode iluminar os caminhos do presente e do futuro.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do trabalho se estrutura em três eixos principais: Ditadura Militar no Brasil, Memória e Esquecimento e o papel dos estudos no campo da Ciência da Informação.

O regime militar brasileiro, instaurado após o golpe de 1964, deve ser compreendido à luz das tensões históricas que se intensificaram desde o fim do Estado Novo, em 1945 (Elias, 2022). A redemocratização pós-Vargas foi marcada por pressões internas e externas favoráveis à democracia, catalisadas pela derrota do Eixo na Segunda Guerra Mundial. No entanto, a deposição de Getúlio Vargas em 1945 – em meio ao movimento “Queremista” – evidenciou tanto a complexidade do momento quanto a ambivalência popular diante da democracia e da perda de direitos sociais.

O governo Dutra (1946) sinalizou um retorno à ordem liberal, com a promulgação de uma nova Constituição. Ainda assim, o contexto da Guerra Fria incentivou medidas repressivas, como a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1947, e a intensificação do controle estatal sobre sindicatos (Reigoto, Mattos & Cerqueira, 2019; Martins, 2021).

Durante os anos seguintes, os governos de Vargas (1951-1954), Kubitschek (1955-1960), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) oscilaram entre tentativas de modernização, populismo e instabilidade. A reação conservadora culminou na deposição de Goulart por militares em 1964 (Delgado, 2009; Amorim, 2024). O golpe foi legitimado pelo

Congresso e consolidado pelo Comando Supremo da Revolução (Arquivo Nacional, 2001).

O governo Castello Branco (1964-1967) instituiu os Atos Institucionais, como o AI-1, que modifica a Constituição Brasileira de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente, e o AI-2, que também modifica a Constituição quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente e à organização dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), promovendo cassações e instituindo o bipartidarismo (Arquivo Nacional, 2001). A criação do Serviço Nacional de Informação (SNI) simbolizou o aparato de vigilância estatal, centralizando a repressão à oposição (Nascimento, 2015). O AI-5, em 1968, decretado durante o governo Costa e Silva, suspendeu garantia do *habeas corpus* para certos crimes, bem como dava ao Presidente o poder de decretar estado de sítio, intervenção federal, suspensão de direitos políticos e restrição de direito público e privado, bem como cassação de mandatos eletivos, o que configurou a institucionalização da tortura e ampliação do autoritarismo (Lemos, 2023; Motta, 2018).

O período seguinte, sob gestão de Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979), ficou marcado pelos “Anos de Chumbo”, combinando repressão e crescimento econômico (Fico, 2001, p. 5 citado em Cordeiro, 2009). A partir do governo Geisel, iniciou-se o processo de abertura gradual, ou “distensão”, buscando





uma transição controlada (Rocha Junior, 2022, p. 5).

Sob Figueiredo (1979-1985), a Lei da Anistia, de 1979, e o movimento *Diretas Já* foram marcos da redemocratização (Ramos & Costa, 2023). A eleição de Tancredo Neves, em 1985, seguida da posse de José Sarney após sua morte, representou o encerramento formal do regime autoritário (Chicarino, 2012).

Essa retomada de aspectos históricos do período da Ditadura Militar no Brasil incita discussões sobre o papel de estudos da memória no campo da Ciência da Informação.

A memória desempenha um papel crucial no funcionamento cerebral humano, envolvendo complexos processos de armazenamento, processamento e recuperação de informações ao longo do tempo (Mourão Júnior & Faria, 2015). Essa capacidade é fundamental para inúmeras áreas da experiência humana, influenciando de maneira significativa tanto a construção da identidade pessoal quanto a identidade coletiva de grupos e sociedades. Através da memória, os indivíduos são capazes de manter uma narrativa contínua de suas próprias vidas, integrando experiências passadas ao contexto atual e utilizando essas informações para moldar suas trajetórias futuras. Este mecanismo não apenas ajuda na formação de um sentido coerente de identidade pessoal, mas também assegura a continuidade da própria percepção de si ao longo do tempo.

Além do impacto pessoal, a memória também desempenha um papel fundamental nas dinâmicas sociais e culturais; é influenciada pela coletividade e pelo entorno sociocultural. Maurice Halbwachs (1990) defende que a memória individual se ancora em marcos sociais e referenciais compartilhados, formando aquilo que domina memória coletiva. Essa memória coletiva é estruturada e perpetuada por rituais, símbolos e narrativas históricas, servindo como

base identitária e coesiva (Assumpção & Castral, 2022, p. 13). Entretanto, processos de esquecimento e silenciamento também moldam as memórias – seja por falhas cognitivas, traumas ou repressões culturais e políticas.

Potier (2017) chama atenção para o caráter ambíguo do esquecimento, destacando tanto sua função adaptativa quanto de sua instrumentalização em pactos políticos, como os de anistia. Quando silenciadas, memória dolorosas são excluídas da narrativa oficial, resultando em marginalização e alienação histórica. A resistência ao esquecimento é, portanto, uma ação política e identitária.

O fenômeno do esquecimento e do silenciamento destaca a importância de uma abordagem crítica e inclusiva na preservação da memória coletiva. Reconhecer e abordar esses aspectos permite uma compreensão mais profunda e equitativa da história e das experiências humanas, garantindo que as vozes marginalizadas sejam ouvidas e que os eventos sejam lembrados de forma mais completa e precisa. Assim, a luta contra o esquecimento e o silenciamento é fundamental para a integridade da memória coletiva e para a formação de uma sociedade mais justa e consciente de seu passado e presente.

Quanto ao papel da Ciência da Informação, ela explora como a informação é gerenciada, acessada e utilizada. Surgida no século XX, ela se desenvolveu na interseção das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Documentação (Le Coadic, 2004). Com o objetivo de facilitar o acesso e uso eficiente da informação, a Ciência da Informação é caracterizada como um campo interdisciplinar voltado à organização, recuperação e uso estratégico da informação (Le Coadic, 2004; Siqueira, 2010).

A Ciência da Informação tem um papel fundamental na preservação da memória,





agindo como uma ponte essencial entre o passado e o futuro ao garantir a salvaguarda de registros e informações.

Entende-se que a memória sobre a qual a Ciência da Informação se detém não está associada ao desenvolvimento de técnicas de memorização ou no entendimento das patologias que impedem seu aperfeiçoamento, tampouco em captar memórias potenciais para a construção da história. Ao incorporar estudos memorialísticos, a Ciência da Informação visa fazer com que os registros informacionais sejam fontes para atualização da memória a partir da organização, representação e recuperação da informação (Silva & Martins, 2022, p. 13).

Em sua abordagem à preservação da memória, ela engloba estratégias para a proteção de documentos tanto físicos quanto digitais.

Além das dimensões técnicas e tecnologias, o campo da Ciência da Informação incorpora aspectos éticos, culturais e sociais na preservação da memória. A inclusão de múltiplas perspectivas e a representatividade na memória preservada são essenciais para evitar uma história unilateral.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem quali-quantitativa, integrando técnicas com o objetivo de proporcionar uma compreensão abrangente e contextualizada do tema pesquisado. Ao conjugar ambas as abordagens, a pesquisa amplia sua capacidade analítica, oferecendo uma leitura mais completa das representações sobre a Ditadura Militar no Brasil no campo da Ciência da Informação.

O viés quantitativo justifica-se por sua capacidade de identificar padrões e tendências na produção científica, oferecendo uma visão objetiva sobre a frequência, a distribuição e a evolução das publicações ao longo do tempo. Como enfatizam Souza & Kerbauy (2017), os

A reflexão sobre o esquecimento é deveras importante, sobretudo em um campo de conhecimento que concebe a memória como preservação, para compreender que essa mesma memória possui outras categorias, tem sobretudo, relação com as tecnologias de informação e comunicação, operando sua pragmática na sociedade. Enfim, podemos até fazer o deslocamento semântico do termo “memória” com a área em relação à memória organizada e preservada, que permite a disseminação e a recuperação do conhecimento. (Monteiro, Carelli & Pickler, 2008, p. 12).

Nesse sentido, a Ciência da Informação assume papel estratégico na mediação entre memória e sociedade. Ao preservar múltiplas vozes e combater o silenciamento, contribui para uma memória coletiva mais inclusiva, crítica e plural – essencial para a consolidação de uma sociedade democrática e informada.

Dessa forma, o trabalho articula as conexões entre o passado autoritário do Brasil, os desafios da memória e o papel da informação na construção de uma sociedade mais justa, onde a memória das violações não seja esquecida, mas sim elaborada e transmitida como aprendizado coletivo.

métodos quantitativos são eficazes para detectar correlações entre variáveis e examinar grandes volumes de dados, viabilizando inferências relevantes sobre os contextos de produção relacionados à temática.

Já os métodos qualitativos são fundamentais para captar a complexidade dos sentidos atribuídos às representações históricas, permitindo interpretações sensíveis e aprofundar as narrativas identificadas. Conforme afirma Martins (2015), a pesquisa qualitativa é um modo de ver e compreender o mundo humano que se constrói a partir da escuta, da descrição e da análise reflexiva das manifestações sociais.





A natureza aplicada da pesquisa reside em seu compromisso com a produção de conhecimento voltado à resolução de questões concretas. Como observam Kauark, Manhães & Medeiros (2010), a pesquisa aplicada mobiliza saberes científicos para enfrentar desafios reais, promovendo impactos sociais significativos.

Para o tratamento dos dados, foi adotada a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (1997), que define essa técnica como um conjunto sistemático de procedimentos destinados à descrição e inferência das mensagens, por meio de indicadores que revelem suas condições de produção, circulação e recepção. Essa técnica é particularmente adequada à análise de

documentos científicos, pois permite identificar categorias temáticas, padrões discursivos e variações na abordagem do tema em estudo.

A pesquisa foi organizada a partir de um protocolo de mapeamento sistemático, no qual constam as etapas de identificação, extração, categorização e análise das publicações, sobre a Ditadura Militar no campo da Ciência da Informação e está apresentada no Quadro 1, a seguir.

Essa sistematização visa assegurar a transparência, a reprodutibilidade e a precisão da análise, possibilitando a construção de um panorama confiável da produção científica sobre a Ditadura Militar no campo da Ciência da Informação.

**Quadro 1: Protocolo de pesquisa**

| PROTOCOLO                                   |                                                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Objetivo</b>                             | O objetivo deste mapeamento é identificar o que se tem publicado sobre a Ditadura Militar no Brasil no campo da Ciência da Informação                                                                                                                         |
| <b>Pergunta norteadora</b>                  | Quais são os estudos sobre a Ditadura Militar no Brasil no campo da Ciência da Informação?                                                                                                                                                                    |
|                                             | Quem são os autores?                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                             | Quais as fontes de publicação?                                                                                                                                                                                                                                |
|                                             | Quando foram publicados?                                                                                                                                                                                                                                      |
|                                             | Quais são os temas centrais destes estudos?                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>População</b>                            | Publicações que têm a Ditadura Militar como tema                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Resultados</b>                           | Extrair, agregar e apresentar os dados do mapeamento                                                                                                                                                                                                          |
| PALAVRAS-CHAVE E SINÔNIMOS                  |                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Termos</b>                               | Ditadura                                                                                                                                                                                                                                                      |
| DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FONTES |                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Critério de busca</b>                    | As publicações consideradas neste estudo serão aquelas que respondam aos critérios de busca por palavra-chave em todos os campos.                                                                                                                             |
| <b>Idioma</b>                               | Todos os idiomas dos textos recuperados, sem restrição                                                                                                                                                                                                        |
| <b>Métodos de seleção</b>                   | Montar expressão de busca; aplicar a expressão na base definida para a realização da pesquisa; exportar os dados das publicações; importar os dados em uma planilha do Excel; elaborar gráficos e tabelas que auxiliarão na análise e apresentação dos dados. |





| DEFINIÇÃO DE FONTES                                                                                                                                                                     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Bases de dados</b>                                                                                                                                                                   |
| BRAPCI                                                                                                                                                                                  |
| CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE DOCUMENTOS                                                                                                                                                      |
| <b>Critério de inclusão</b>                                                                                                                                                             |
| Palavra-chave no assunto, título ou resumo dos documentos recuperados, cujo tema tenha aderência ao contexto da ditadura militar no Brasil e no campo da Ciência da Informação: incluir |
| <b>Critério de exclusão</b>                                                                                                                                                             |
| Palavra-chave ausente no assunto, título ou resumo (publicações que não tenham relação com o contexto da Ditadura Militar no Brasil): excluir                                           |
| <b>Tipos de documentos</b>                                                                                                                                                              |
| Artigos, trabalhos em eventos e livros                                                                                                                                                  |
| EXTRAÇÃO DE DADOS                                                                                                                                                                       |
| <b>Campos do formulário de extração de dados</b>                                                                                                                                        |
| Título, palavra-chave e resumo                                                                                                                                                          |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise de resultados apresentada nesta seção busca interpretar e discutir os dados obtidos no mapeamento sistemático sobre a representação da Ditadura Militar no campo da Ciência da Informação. Fundamentada na análise de conteúdo, a

discussão é guiada pelos objetivos e pelas questões norteadoras previamente estabelecidas, que incluem: o que está sendo estudado, quem são os autores que abordam o tema, quando as publicações foram realizadas e onde esses estudos têm sido disseminados.

### 4.1 Resultados Quantitativos

A análise quantitativa baseou-se em pesquisa realizada na base de dados BRAPCI com o termo “ditadura”, selecionado por sua carga semântica representativa. A busca inicial retornou 194 documentos, mas após o processo de triagem – que incluiu verificação de títulos, palavras-chave, resumos e, quando necessário, leitura integral do documento – foram excluídos 63 registros, dos quais 14 por duplicidade, 17 por inadequação temática, 21 erro no processamento da busca pela base, e 11 por tipo documental. O corpus final consistiu em 131 documentos. Os tipos documentais predominantes foram artigos de periódicos (100), seguidos por artigos de eventos (31), especialmente do ENANCIB, Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, principal evento da área no Brasil.

Em relação à autoria dos artigos, três pesquisadoras se destacaram por sua produtividade, conforme mostra o Gráfico 1: Georgete Medleg Rodrigues, Maria Guiomar da Cunha Frota e Icléia Thiesen Magalhães Costa, todas vinculadas a instituições públicas brasileiras de pesquisa e com trajetórias reconhecidas na área de Arquivologia e Memória. Georgete Rodrigues, vinculada à Universidade de Brasília (UnB), concentra suas investigações nos arquivos da Ditadura e nas políticas de acesso à informação pública, com destaque para sua atuação em estudos sobre as Comissões da Verdade e os desafios enfrentados por profissionais da informação diante do legado autoritário. Maria Guiomar, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dedica-se à relação entre arquivos e memória social, explorando como práticas documentais

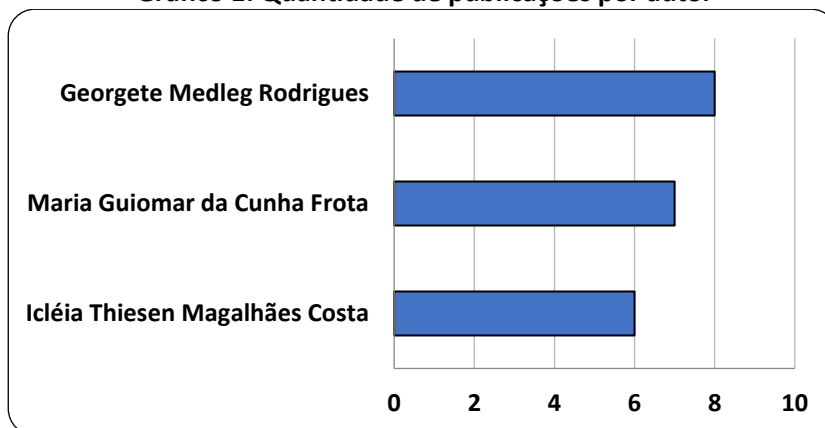




contribuem para a construção de narrativas históricas sobre o regime militar. Já Icléia Thiesen, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tem produzido

reflexões relevantes sobre o papel dos arquivos e instituições de memória na garantia do direito à verdade e na preservação de testemunhos históricos.

**Gráfico 1: Quantidade de publicações por autor**



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A análise do perfil autoral revela ainda a centralidade das universidades públicas no desenvolvimento de pesquisas sobre a Ditadura e destaca o papel da Ciência da Informação e das Humanidades na interlocução entre memória, arquivos e justiça.

Ao serem observadas as revistas que se destacaram pelo volume de publicações sobre o tema, foram identificados 38 periódicos (Tabela 1).

Dentre os periódicos que mais publicaram sobre a temática, destaca-se a *Revista Acervo*, publicada pelo Arquivo Nacional, responsável por 27 dos 131 artigos analisados. Sua predominância pode ser

atribuída ao fato de deter acervos documentais originários de órgãos de repressão daquele período, como o SNI e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que funcionou como polícia política durante o período da Ditadura. Outras revistas que se mostraram relevantes por publicarem sobre o tema e que são ligadas a instituições públicas e a programas de pós-graduação em Ciência da Informação são: *Em Questão*, *Informação & Informação* e *Liinc em Revista*. Esses periódicos abrigam discussões interdisciplinares que articulam a Ditadura com temas como censura informacional, gestão documental, bibliotecas e políticas de memória.

**Tabela 1: Quantidade de documentos por revista**

| Título da revista                 | Quantidade |
|-----------------------------------|------------|
| Revista Acervo (Arquivo Nacional) | 27         |





| Título da revista                                                                                | Quantidade |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Em Questão                                                                                       | 6          |
| Informação & Informação                                                                          | 5          |
| Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura | 5          |
| Múltiplos Olhares em Ciência da Informação                                                       | 4          |
| Comunicação & Informação                                                                         | 3          |
| Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação                                             | 3          |
| Revista Conhecimento em Ação                                                                     | 3          |
| Ágora: Arquivologia em debate                                                                    | 2          |
| Ensaio Geral                                                                                     | 2          |
| Informação & Sociedade: Estudos                                                                  | 2          |
| Informação Arquivística                                                                          | 2          |
| Liinc em revista                                                                                 | 2          |
| Logeion: filosofia da informação                                                                 | 2          |
| OFFICINA - Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo                                     | 2          |
| Perspectivas em Ciência da Informação                                                            | 2          |
| Ponto de Acesso                                                                                  | 2          |
| Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som - Policromias                                       | 2          |
| Revista EDICIC                                                                                   | 2          |
| Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde                                | 2          |
| Revista Fontes Documentais                                                                       | 2          |
| Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação                                                 | 2          |
| Archeion Online                                                                                  | 1          |
| Awari                                                                                            | 1          |
| Biblionline                                                                                      | 1          |
| Ciência da Informação em Revista                                                                 | 1          |
| DataGramaZero                                                                                    | 1          |
| Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação                   | 1          |
| Informação@Profissões                                                                            | 1          |
| IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia                                               | 1          |
| Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia                                   | 1          |
| Prisma.com (Portugual)                                                                           | 1          |
| Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina                                                   | 1          |
| Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação                                          | 1          |
| Revista Folha de Rosto                                                                           | 1          |
| Revista Informação na Sociedade Contemporânea                                                    | 1          |
| Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins                                                  | 1          |
| Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação                                       | 1          |
| <b>TOTAL</b>                                                                                     | <b>100</b> |

Fonte: Elaboração própria (2025).

A variedade de títulos reflete a transversalidade do tema no campo da informação, evidenciando seu papel na construção da memória social e na consolidação democrática. Além disso, o interesse constante

de tais periódicos por essa temática aponta para um esforço coletivo de enfrentamento do legado autoritário e de afirmação do direito à verdade histórica.

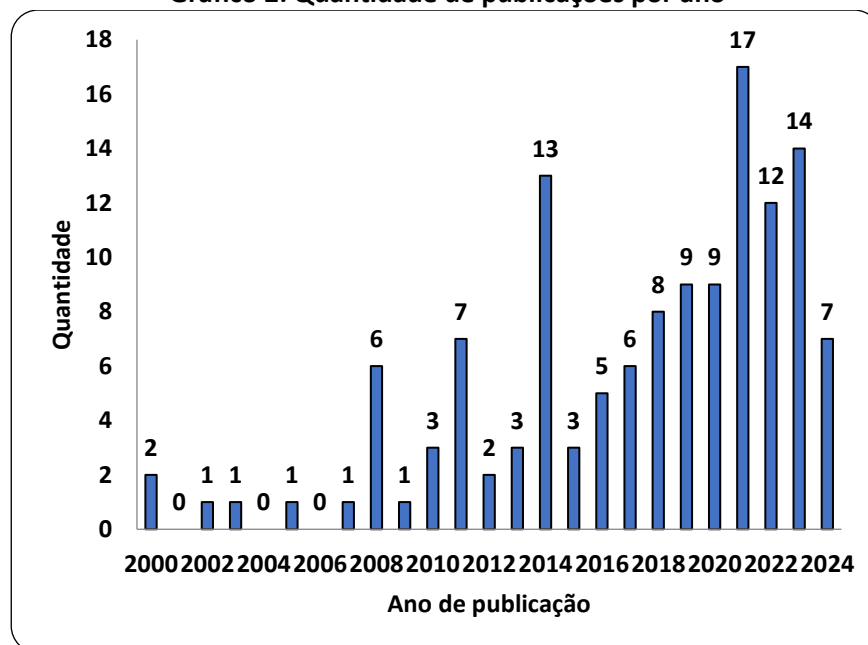




A distribuição temporal dos artigos, abrangendo o período de 2000 a 2024, evidencia alguns acontecimentos que impactaram a produção de estudos sobre a Ditadura: 2012, ano da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV); 2014, marco dos 50 anos do golpe militar e da entrega oficial do relatório final da CNV; e o intervalo entre 2021 e 2023, possivelmente pelo contexto político contemporâneo e pelo recrudescimento de

debates públicos sobre autoritarismo e memória social. Em contrapartida, observa-se uma queda significativa nas publicações em 2024, o que pode estar associado à redução de investimentos em pesquisa e ao desmonte de políticas de fomento à Ciência vivenciado nos últimos anos sob o governo de Jair Bolsonaro. Os dados correspondentes estão representados, respectivamente (Gráfico 2).

**Gráfico 2: Quantidade de publicações por ano**



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os artigos que compuseram o corpus de análise foram classificados em sete categorias temáticas principais: Censura (32), Arquivos da Ditadura (26), Memória da Ditadura (26), Resistência à Ditadura (16), Comissão da

Verdade (15), Direitos Humanos (12) e Comunicação na Ditadura (4), fornecendo uma estrutura robusta para a análise qualitativa apresentada a seguir.

## 4.2 Resultados Qualitativos

A análise qualitativa dos 131 artigos selecionados foi organizada com base em sete categorias temáticas, definidas a partir da

recorrência de assuntos e abordagens nos textos analisados. A disposição dessas categorias segue uma lógica de progressão





conceitual e histórica, que permite compreender a trajetória das práticas autoritárias e suas consequências, passando por enfrentamentos sociais e institucionais até alcançar os atuais esforços de preservação da memória e consolidação democrática.

A sequência adotada – Censura, Comunicação na Ditadura, Resistência à Ditadura, Direitos Humanos, Comissão da Verdade, Arquivos da Ditadura e Memória da Ditadura – foi estruturada como um percurso interpretativo que parte de mecanismos formais e informais de repressão e controle informacional empregados pelo regime militar, avança pelas formas de oposição e denúncia dessas práticas, e culmina nos processos contemporâneos de justiça de transição, acesso à informação, produção de memória e direito à verdade.

Tal ordenamento não apenas reflete a dinâmica dos conteúdos observados nos artigos, mas também favorece uma leitura analítica mais ampla sobre o modo como a Ditadura Militar brasileira é investigada, documentada e lembrada no campo científico. Ao seguir esse encadeamento temático, foi possível evidenciar tanto os impactos estruturais da repressão sobre a sociedade quanto os caminhos construídos para resistir, reparar e reconstituir narrativas plurais. Dessa forma, a categorização se consolida como uma ferramenta metodológica capaz de revelar as interconexões entre os eventos do passado autoritário e os debates contemporâneos sobre Memória, justiça e democracia.

Na primeira categoria, *Censura*, que agrega 32 artigos, observa-se como o regime militar utilizou diversos dispositivos para silenciar vozes dissidentes, especialmente na literatura, música e meios de comunicação. Os estudos de Dutra (2021), Jardim & Zaidan (2018) e Grigoletto, Soella & Fagundes (2020) exemplificam a diversidade de abordagens

sobre o impacto da censura em diferentes suportes informacionais e grupos sociais.

A categoria *Comunicação na Ditadura*, com quatro artigos, aprofunda a instrumentalização da mídia pelo regime, com ênfase na construção de narrativas oficiais e na desinformação como estratégia de legitimação do poder. Destacam-se os trabalhos de Rihan & Sette (2021) e Stefanello (2000; 2003), que discutem a representação da Amazônia e o papel do Estado na regulação da informação.

A categoria *Resistência à Ditadura* (16 artigos) evidencia múltiplas formas de contestação – política, cultural e simbólica – articuladas por sujeitos individuais e coletivos. Estudos como os de Green (2014), Santana & Fraga (2024) e Bezerra, Pimenta & Ormay (2014) apontam para a diversidade dos movimentos de oposição, desde manifestações artísticas até ações sindicais e acadêmicas.

Estudos que foram reunidos na categoria *Direitos Humanos* (12 artigos) concentram-se nas violações cometidas pelo regime e nos processos de justiça e reparação. Artigos como os de França & Dias (2021), Guazzelli & Torres (2014) e Oliveira & Padrós (2021) destacam a relevância dos arquivos repressivos para compreender os mecanismos de controle e as lutas por reconhecimento das vítimas.

Na categoria *Comissão da Verdade* (15 artigos) são estudadas essas instâncias como dispositivos de justiça de transição e reconstituição da verdade histórica. Os estudos de Tenaglia & Rodrigues (2018a, 2018b, 2020), Ribeiro (2019, 2023) e de Silva, Oliveira & Dias (2022) evidenciam os desafios enfrentados por essas comissões no acesso a documentos e na superação de barreiras legais e institucionais.

Na categoria *Arquivos da Ditadura* (26 artigos), os autores abordam os desafios de preservação, acesso e interpretação de documentos sensíveis. Destacam-se Costa





(2011, 2012, 2013a), Moraes & Bizello (2022) e Rodrigues (2012), que discutem as limitações do marco legal, a cultura do sigilo e as tensões entre memória, verdade e justiça.

Por fim, *Memória da Ditadura* (26 artigos) investiga como diferentes suportes – filmes, música, literatura, museus e blogs – participam da construção da memória social. Pesquisadores como Ribeiro, Gomes & Frota (2023), Costa (2013b) e Almeida & Assis (2017) exploram as disputas narrativas entre versões oficiais e alternativas, ressaltando o papel da

### 4.3 Discussão dos Resultados

A investigação qualitativa dos 131 artigos que compuseram o corpus da pesquisa possibilitou a identificação de padrões temáticos recorrentes, os quais contribuem significativamente para o aprofundamento do entendimento crítico sobre o período da Ditadura Militar no Brasil. A análise sistemática desses textos permitiu agrupar os conteúdos em categorias temáticas, evidenciando diferentes núcleos interpretativos que se articulam em torno de práticas repressivas, resistências sociais e processos de elaboração da memória. Essas categorias abrangem dimensões centrais da experiência autoritária brasileira, iniciando pelas estratégias de censura e manipulação da informação adotadas pelo regime, passando pelos mecanismos de propagação e controle comunicacional, pelas diversas formas de resistência política e cultural, e pelas graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado. A análise também abarca a atuação das Comissões da Verdade como instrumentos de justiça transicional, o papel dos arquivos na reconstituição dos fatos históricos e, por fim, os esforços de preservação e disputa da memória coletiva no espaço público e institucional.

Essa estrutura temática não apenas organiza o material analisado, mas revela como o campo científico tem contribuído para

mediação informacionais e das práticas documentais na elaboração da memória coletiva.

Por fim, a análise transversal das categorias demonstra como o regime militar moldou profundamente a vida política, cultural e institucional do país. O estudo reafirma a necessidade de vigilância, preservação da memória e fortalecimento dos direitos humanos como pilares de resistência ao autoritarismo.

desvelar os múltiplos impactos da Ditadura, oferecendo uma compreensão mais abrangente e crítica dos legados do autoritarismo. Ao reunir essas diferentes dimensões em um conjunto, a categorização permite visualizar a complexidade do debate científico sobre o tema, bem como suas interfaces com a construção da cidadania, o direito à verdade e a consolidação democrática no Brasil contemporâneo.

Na categoria *Censura*, os artigos analisados evidenciaram que o controle exercido pelo regime militar sobre a liberdade de expressão extrapolou o campo estritamente político, estendendo-se de forma sistemática às esferas cultural, acadêmica e jornalística. A repressão operou tanto por meio de mecanismos explícitos – como a proibição de livros, indução à autocensura e a manipulação discursiva dos meios de comunicação. Esse controle difuso resultou em um ambiente de intimidação e vigilância simbólica, no qual o medo da retaliação estatal restringia a produção e a circulação de ideias, impactando negativamente o desenvolvimento intelectual e a vida cultural no país.

Os efeitos da censura sobre a construção da memória coletiva foram profundos, uma vez que a supressão sistemática de informações e vozes dissonantes contribuiu





para a consolidação de versões oficiais da história, muitas vezes distorcidas, incompletas ou silenciadas. A produção cultural passou a operar em um campo de tensão permanente entre expressão e repressão, conformando práticas sociais marcadas pelo silêncio, pela omissão forçada e pela fragmentação da narrativa histórica.

Contudo, em meio a esse contexto repressivo, diversos artigos destacam estratégias de resistência que se manifestaram por meio de linguagens indiretas, simbólicas e codificadas. A criação de veículos de imprensa alternativa, a literatura engajada, a música de protesto e outras formas de expressão cultural tornaram-se ferramentas de enfrentamento e denúncia, rompendo, ainda que parcialmente, o cerco imposto pelo Estado. Essas manifestações não apenas desafiavam os limites impostos pela censura, mas também alimentavam uma cultura de resistência que se prolonga na memória política e cultural brasileira até os dias atuais.

A categoria *Comunicação na Ditadura* revela o papel estratégico desempenhado pelos meios de comunicação como ferramentas fundamentais de sustentação do regime militar. Os artigos analisados apontam que o governo se apropriou sistematicamente das estruturas comunicacionais para legitimar seu projeto autoritário, utilizando-se de campanhas de propaganda oficial, manipulação seletiva de conteúdos e disseminação de desinformação. Por meio dessas estratégias, o regime construiu narrativas favoráveis à sua atuação, mascarando práticas repressivas e fabricando uma imagem institucional de ordem, progresso e estabilidade.

A atuação estatal nos campos da imprensa, do rádio e da televisão foi marcada por um duplo movimento: de um lado, a supressão de discursos críticos — por meio da censura direta e da intimidação aos veículos independentes — e, de outro, a construção

ativa de um discurso hegemônico que naturalizava o autoritarismo e silenciava os conflitos sociais. A comunicação foi, assim, convertida em instrumento de engenharia simbólica, moldando a percepção pública não apenas no plano nacional, mas também junto à comunidade internacional, diante da qual o regime buscava manter uma imagem de modernização e legitimidade.

Os efeitos dessas práticas persistem até os dias atuais, manifestando-se nas disputas em torno da memória pública da ditadura. A sedimentação de narrativas oficiais durante os anos de regime contribuiu para a perpetuação de mitos históricos e para a negação ou relativização das violações cometidas. A crítica científica sobre esse uso estratégico da comunicação permite não apenas resgatar as dimensões ocultadas do passado autoritário, mas também compreender os mecanismos de poder simbólico que sustentam discursos revisionistas no presente.

A categoria *Resistência à Ditadura* abrange uma ampla gama de práticas e manifestações que expressaram o inconformismo da sociedade civil diante do autoritarismo instaurado pelo regime militar. Os artigos analisados demonstram que, mesmo sob vigilância constante e repressão sistemática, diversos grupos sociais — entre eles estudantes, trabalhadores organizados, artistas e intelectuais — mobilizaram-se em ações que contestavam a violência estatal, a supressão de direitos e o silenciamento da pluralidade política e cultural.

As formas de resistência foram plurais, assumindo desde a organização de greves, protestos estudantis e redes de solidariedade clandestinas, até expressões simbólicas veiculadas pela arte, pela música, pela literatura e pelo teatro. Esses campos culturais tornaram-se espaços privilegiados para a crítica indireta ao regime, utilizando metáforas, alegorias e linguagens cifradas como forma de driblar a





censura e manter viva a crítica social. Tais estratégias evidenciam a criatividade dos agentes opositoristas na construção de alternativas discursivas e performativas capazes de mobilizar consciências mesmo em um ambiente marcado pelo medo e pela coerção.

A resistência não apenas contribuiu de forma decisiva para o processo de redemocratização no final da década de 1980, como também deixou um legado simbólico e cultural duradouro. As práticas de enfrentamento desenvolvidas nesse contexto alimentaram formas de participação política, engajamento crítico e produção cultural que permanecem atuantes no Brasil contemporâneo. Ao resgatar essas experiências, os artigos da categoria não apenas documentam um passado de luta, mas também reafirmam a importância da ação coletiva na defesa de valores democráticos e na construção de uma memória pública comprometida com os direitos e a justiça social.

A categoria *Direitos Humanos* evidencia a dimensão mais violenta e sistemática do aparato repressivo da Ditadura Militar brasileira, ao documentar práticas como tortura, desaparecimentos forçados, prisões arbitrárias e execuções extrajudiciais. Os artigos reunidos nessa temática demonstram que essas violações não foram casos isolados, mas parte de uma política de Estado orientada à eliminação física e simbólica da dissidência, atingindo tanto militantes políticos quanto civis, estudantes, trabalhadores e comunidades tradicionais.

Os registros dessas violações — produzidos por vítimas, familiares, pesquisadores, entidades da sociedade civil e instituições de direitos humanos — desempenham papel fundamental na produção da verdade histórica. Para além de seu valor probatório, esses documentos tornam-se símbolos da resistência à impunidade e da luta por justiça, representando o direito à memória

como dimensão essencial da reparação. A sua preservação e análise constituem ferramentas centrais para a responsabilização dos agentes do Estado envolvidos em crimes de lesa-humanidade, assim como para o reconhecimento público das vítimas e de suas histórias.

Os artigos também destacam a relevância das iniciativas de justiça transicional, com ênfase para as Comissões da Verdade — tanto a Comissão Nacional quanto as comissões estaduais e setoriais — como mecanismos institucionais de enfrentamento ao passado autoritário. Embora essas comissões tenham obtido avanços significativos em termos de documentação e visibilização das violações, a análise revela obstáculos persistentes, como o acesso limitado a arquivos sigilosos, a resistência de setores à abertura de dados e o peso simbólico da Lei de Anistia como barreira à responsabilização judicial. Ainda assim, os estudos ressaltam o papel dessas iniciativas na construção de uma cultura democrática baseada no respeito aos direitos fundamentais, na não repetição e no dever estatal de lembrar.

Na categoria *Comissões da Verdade*, os artigos analisam criticamente o papel dessas instâncias como instrumentos centrais da justiça de transição no Brasil, voltadas à apuração de graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado durante a Ditadura Militar. A atuação da Comissão Nacional da Verdade, bem como de suas versões estaduais, municipais e setoriais, é retratada como parte de um esforço institucional para romper com o silêncio histórico, reconhecer as vítimas do regime e propor medidas reparatórias e de não repetição. Os estudos ressaltam que o trabalho dessas comissões envolveu extensas investigações documentais, coleta de testemunhos, produção de relatórios públicos e recomendações voltadas à responsabilização





simbólica e administrativa dos agentes envolvidos.

A análise também revela os inúmeros obstáculos enfrentados por essas iniciativas, como o acesso restrito a arquivos militares e policiais, a fragmentação institucional das informações, a destruição deliberada de documentos e a resistência ativa de setores conservadores da sociedade. Ainda assim, os textos apontam que o legado das Comissões da Verdade ultrapassa os limites dos relatórios finais: elas representam um marco simbólico na consolidação da democracia brasileira, pois institucionalizam o direito à memória e à verdade como deveres do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, os artigos posicionam as comissões não apenas como mecanismos técnicos de investigação, mas como espaços políticos de escuta, reconhecimento e visibilização das vítimas. Seu impacto se estende à formação de políticas públicas de memória, à mobilização da sociedade civil e à reconfiguração do discurso oficial sobre o passado autoritário, contribuindo para uma memória institucional comprometida com os direitos humanos, a transparência e a prevenção de novas violações.

A categoria *Arquivos da Ditadura* destaca o papel estratégico dos acervos documentais como dispositivos fundamentais para a construção da verdade histórica, a responsabilização dos agentes da repressão e a efetivação de políticas de reparação e memória. Os artigos analisados convergem na valorização dos processos de preservação, organização, digitalização e abertura pública dos documentos produzidos por órgãos de repressão, como o SNI, o DOPS e as Forças Armadas, reconhecendo nesses registros um campo essencial de disputa simbólica e política sobre o passado autoritário brasileiro.

Apesar de avanços institucionais, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, 2011), os estudos apontam que o sigilo

prolongado, a fragmentação dos acervos e a burocratização dos mecanismos de consulta ainda representam obstáculos significativos à democratização da informação. Além disso, há registros de práticas de ocultamento deliberado e destruição de documentos durante a transição democrática, o que compromete a completude do patrimônio arquivístico nacional sobre o período ditatorial. Tais lacunas revelam não apenas a persistência de uma cultura de opacidade herdada do regime, mas também a fragilidade das políticas públicas de gestão da informação histórica no Brasil.

Os arquivos são abordados nos textos não apenas como fontes de prova para fins de responsabilização, mas também como instrumentos pedagógicos e políticos, fundamentais para a formação de uma consciência crítica sobre o passado recente. Nesse sentido, os autores enfatizam a necessidade de políticas permanentes de preservação e acesso, bem como de iniciativas interdisciplinares que articulem a Arquivologia, a História, o Direito e a Educação, promovendo o uso dos documentos em ações de memória, pesquisa e ensino. Ao evidenciar a centralidade dos arquivos na justiça de transição, os artigos reafirmam que a construção de uma sociedade democrática passa pelo compromisso institucional com a verdade, a transparência e a valorização dos registros documentais como patrimônios públicos e instrumentos de cidadania. O acesso pleno a esses acervos é, assim, condição indispensável para garantir o direito à memória das vítimas e prevenir a repetição de práticas autoritárias.

Por fim, a categoria *Memória da Ditadura* concentra-se nas múltiplas formas por meio das quais o passado autoritário brasileiro é lembrado, representado e transmitido socialmente. Os artigos reunidos nesta temática evidenciam que a memória da ditadura não é um campo neutro ou consensual, mas um território em constante disputa simbólica,





atravessado por tensões entre narrativas oficiais, revisionismos históricos e iniciativas contra hegemônicas de resgate das experiências silenciadas. O debate acadêmico reforça que o modo como esse passado é evocado tem implicações diretas na consolidação da democracia, na cultura política e na produção de subjetividades no presente.

As formas de rememoração analisadas incluem uma variedade de suportes e práticas: museus da resistência, memoriais, exposições, documentários, livros de testemunho, produções artísticas e projetos sociais de educação em direitos humanos. Tais iniciativas são valorizadas nos estudos como dispositivos fundamentais para manter viva a lembrança dos abusos cometidos pelo regime e para promover processos coletivos de reconhecimento, escuta e elaboração do trauma. Elas também funcionam como espaços pedagógicos, nos quais o passado se converte em instrumento de formação ética, política e cidadã.

Contudo, os artigos também alertam para as disputas de sentido que permeiam o campo da memória pública. A negação das violações, o relativismo histórico e a resistência institucional a políticas de memória comprometem os esforços de reparação e de prevenção da repetição. Nesse contexto, a produção científica enfatiza a necessidade de abordagens inclusivas, plurais e descentralizadas, que contemplem as diferentes vozes atingidas pela repressão — indígenas, mulheres, trabalhadores, camponeses, estudantes, entre outros — e que incorporem perspectivas críticas capazes de ampliar a compreensão coletiva sobre os impactos duradouros do autoritarismo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista quantitativo, a análise revelou uma expressiva produção acadêmica voltada ao período da Ditadura Militar no

Assim, a memória é compreendida não apenas como um exercício de rememoração, mas como um campo de disputa política e de construção ativa do presente. Os estudos reafirmam que políticas públicas de memória devem ser contínuas, intersetoriais e comprometidas com o fortalecimento da democracia, da justiça social e do direito à verdade.

A análise global dos eixos temáticos revela a complexidade e a pluralidade das experiências vividas durante a Ditadura Militar no Brasil, evidenciando que seus efeitos extrapolam o passado e continuam a repercutir nas estruturas sociais, políticas e culturais contemporâneas. A articulação entre os temas — censura, repressão, resistência, violação de direitos, justiça de transição, arquivos e memória — demonstra que o enfrentamento do legado autoritário exige uma abordagem multidimensional, sustentada por um compromisso ético com a verdade histórica e a reparação coletiva.

Mais do que um exercício retrospectivo, o estudo das representações acadêmicas da ditadura constitui um esforço ativo de construção de sentido no presente. Trata-se de fortalecer uma cultura política orientada pela não repetição, pelo reconhecimento das vítimas e pela consolidação de práticas democráticas fundadas na dignidade humana, no acesso à informação e na valorização da memória como patrimônio público. Assim, a produção científica analisada reafirma a centralidade da justiça, da preservação documental e da escuta plural como fundamentos indispensáveis para a construção de um futuro mais justo, consciente e resistente a retrocessos autoritários.

campo da Ciência da Informação, evidenciando o interesse contínuo da comunidade científica em investigar esse momento histórico. Os





estudos abordam desde o tratamento documental realizado à época até reflexões mais amplas sobre como a informação foi gerida e suas implicações na memória e identidade nacional. Esses dados foram enriquecidos por uma análise qualitativa que aprofundou o entendimento das abordagens temáticas e metodológicas adotadas nos trabalhos.

A pesquisa demonstrou como os conceitos de memória, esquecimento e silenciamento são centrais nas publicações sobre a Ditadura. A memória é discutida sob a perspectiva da preservação de registros como testemunhos das ações do regime. Já o esquecimento e o silenciamento são analisados como estratégias utilizadas pelo governo autoritário para esconder informações que poderiam comprometer-lo.

A Ciência da Informação assume, nesse contexto, um papel fundamental: profissionais da área atuam como responsáveis por garantir o acesso a documentos históricos, enfrentando desafios relacionados à organização, conservação e disponibilização desses materiais. Os estudos revisados apontam a

urgência de estratégias que resistam ao apagamento deliberado da história e que promovam narrativas mais completas e plurais. Também se destaca a denúncia das práticas de censura e manipulação informacional implementadas pelo regime, o que reforça a atual relevância dos debates sobre liberdade de informação e direitos humanos.

Nesse sentido, compreender como memória, esquecimento e silenciamento se articulam ajuda a refletir sobre as políticas de memória do Brasil. A Ciência da Informação ultrapassa os limites da produção acadêmica, contribuindo com ferramentas essenciais para analisar o passado e influenciar o modo como a sociedade o interpreta. Preservar ativamente a memória histórica é, portanto, uma condição para aplicar os aprendizados do passado na construção de um futuro mais justo e consciente.

Por fim, os estudos analisados revelam uma leitura crítica da forma como a Ditadura Militar é lembrada no campo da Ciência da Informação, mostrando como os legados desse período ainda impactam o presente.

## 6 REFERÊNCIAS

- Almeida, M. Z., & Assis, J. M. F. (2017). Filmografia sobre Frei Tito: o audiovisual como documento memorialístico. *Informação Arquivística*, 6(2), 122-141.
- Amorim, A. S. (2024). O governo João Goulart, as reformas de base e o golpe de 1964. *Revista Angelus Novus*, 15(20), 210466. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-5487.vi20p210466>.
- Arquivo Nacional. (2001). Os presidentes e a Ditadura Militar. Arquivo Nacional.
- Assumpção, A. L., & Castral, P. C. (2022). Memória, identidade e cultura: condições de pertencimento aos espaços da cidade. *Revista Memória em Rede*, 14(27). <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/23435>.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bezerra, A. C., Pimenta, R. M., & Ormay, L. S. (2014, 27-31 de outubro). Vigilância, vigilância inversa e democracia: do panoptismo ao midiativismo. XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Belo Horizonte. <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/820>.
- Chicarino, T. (2012). Tancredo Neves: o desenrolar de uma liderança política. *Aurora: revista de arte, mídia e política*,





- 5(14), 47-67.  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/9442>.
- Cordeiro, J. M. (2009). Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, 22(43), 85-104.  
<https://www.scielo.br/j/eh/a/CBJPzCHYdnpDMKrf4z5BC/abstract/?lang=pt>.
- Costa, I. T. M. (2011, 23-26 de outubro). Documento “sensível” e informação (in) acessível?. XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Brasília. <https://brapci.inf.br/v/178254>.
- Costa, I. T. M. (2013a). Documentos “sensíveis”: produção, retenção, apropriação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 6(1). <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/295>.
- Costa, I. T. M. (2012, 28-31 de outubro). Documentos “sensíveis”, arquivos “sensíveis”: sem tesouros, nem miragens. XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Rio de Janeiro. <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3654/2778>.
- Costa, I. T. M. (2013b, 29-01 de novembro). Informação, verdade e conhecimento: memória em litígio. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Florianópolis. <https://brapci.inf.br/v/184026>.
- Delgado, L. A. N. (2009). O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, 14(27), 123-143.  
<https://www.scielo.br/j/tem/a/chVC9tPDyBD3DwK86Ykb49L/abstract/?lang=pt>.
- Dutra, M. P. (2021). Do anticatálogo à defesa da moral e dos bons costumes: o livro no Brasil e a Censura, uma história ainda presente. *Ensaio Geral*, 1, 65-80.  
<https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/view/47375>.
- Elias, A. (2022, 10 de novembro). Golpe do Estado Novo.  
<https://www.fflch.usp.br/40790>.
- França, A. L. D., & Dias, G. A. (2021). É possível esquadrihar uma relação entre um dado par de atores realizando uma escrutinação documental?. *Awari*, 2(1), 1-20.  
<https://awari.prometrics.org/index.php/a/article/view/16>.
- Green, J. N. (2014). Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão: uma memória sobre a Ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. *Acervo*, 27(1), 53-82.  
<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/460>.
- Grigoletto, M. C., Soella, G. M., & Fagundes, P. E. (2020). Bibliografia sensível: o lugar-espço e o espaço-tempo da obra de Cassandra Rios. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 25, 01-25.  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73439>.
- Guazzelli, D. G., & Torres, M. G. (2014). O estado era a lei: Lei de Segurança Nacional e advocacia na ditadura civil-militar brasileira (1964-1979). *Acervo*, 27(1), 227-238.  
<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/469>.
- Halbwachs, M. (1990). A memória coletiva. *Revista dos Tribunais*.
- Jardim, H. I. R., & Zaidan, P. D. S. (2018). Controle de informação: uma análise sobre o papel da censura e da fake News na história brasileira. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, 8(2).





- <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16883>.
- Karam, H., & Oliveira, K. (2020). O direito ao esquecimento de fatos históricos: entre a memória coletiva e o “acordo” nacional para o oblívio. *Revista Paradigma*, 28(3), 182-200.  
<https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/1749>.
- Kauark, F., Manhães, F. C., & Medeiros, C. H. (2010). Metodologia da pesquisa: um guia prático. *Via Litterarum*.
- Le Coadic, Y-F. (2004). A Ciência da Informação. Briquet de Lemos.
- Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. (1979). Dispõe sobre a concessão de anistia e dá outras providências. Brasília, DF.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6683.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm).
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. (2011). Regula o acesso a informações. Brasília, DF.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm).
- Lemos, R. (2023). Artur da Costa e Silva. <https://atlas.fgv.br/verbete/4997>.
- Martins, E. V. (2021). O governo de Eurico Gaspar Dutra e a transição de regime: entre o autoritarismo e as concepções democráticas [tese de doutorado, Universidade de Lisboa]. Universidade de Lisboa.  
<https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/53138>.
- Martins, R. X. (2015). Metodologia de pesquisa: guia prático com ênfase em Educação Ambiental. Lavras: UFLA.
- Monteiro, S. D., Carelli, A. E., & Pickler, M. E. V. (2008). A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, 9(6).  
<https://cip.brapci.inf.br/download/45116>.
- Moraes, M. B., & Bizello, M. L. (2022). Quando o confidencial se torna público: o acesso aos documentos da repressão custodiados por arquivos públicos. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 15(1), 210-232.  
<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/42444>.
- Motta, R. P. S. (2018). Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*, 38(79), 195-216.  
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/37080>.
- Mourão Júnior, C. A., & Faria, N. C. (2015). Memória. *Psychology/Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(4), 780-788.  
<https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528416>.
- Nascimento, G. F. (2015). “Aconteceu, virou manchete”: o golpe de 1964 e o governo Castello Branco nas páginas da revista Manchete [tese de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. Universidade de Pernambuco.  
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16642>.
- Oliveira, A. G. R., & Padrós, E. S. (2021). Corpo-território, repressão e resistência: os Kaingangs e a ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul. *Acervo*, 34(2), 1-24.  
<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1692>.
- Potier, R. W. (2017). Considerações sobre memória, silêncio e esquecimento. Encontro Regional Nordeste de História Oral. Universidade Federal do Ceará.  
<https://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares2>.





- Ramos, P. A., & Costa, M. (2023). João Batista de Oliveira Figueiredo. <https://atlas.fgv.br/verbete/2016>.
- Reigoto, L. M., Mattos, F. A. M., & Cerqueira, L. F. (2019, 10-13 de dezembro). Aspectos cambiais do Governo Dutra (1946-1951). 47º Encontro Nacional de Economia, São Paulo. <https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2019>.
- Ribeiro, A. C. (2023). Repressão política nas universidades: a busca das fontes de informação pela Comissão Nacional da Verdade. *Liinc em Revista*, 19(2), 1-15. <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6476/6426>.
- Ribeiro, A. C. (2019). Universidade e repressão política: uma análise do relatório da Comissão da Verdade da UFRN sob o pilar da memória e da verdade. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*, 3, 1-18. <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/15926>.
- Ribeiro, A. C., Gomes, P., & Frota, M. G. C. (2023, 06-10 de novembro). O atravessar da memória da Ditadura Militar e a representação em catálogos das bibliotecas universitárias. XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Aracaju. <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1949/1315>.
- Rihan, B., & Sette, J. R. (2021). A “infodemia” e a conquista do Estado brasileiro: da Ditadura empresarial-militar ao consenso neoliberal. *Liinc Em Revista*, 17(1), e5688. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5688>.
- Rocha Junior, G. (2022, 22-26 de agosto). O projeto de distensão do governo Geisel. XIX Encontro Estadual de História de Santa Catarina, Santa Catarina. <https://www.encontro2022.sc.anpuh.org/anais/trabalhos/anais01>.
- Santana, M. A., & Fraga, A. B. (2024). O ciclo grevista no Rio de Janeiro na inflexão da ditadura militar: uma análise da articulação entre sindicatos e movimentos sociais (1978-1979). *Acervo*, 37(1), 1-30. <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/%20article/view/2038>.
- Santos, M. S. dos. (2021). Memória e ditadura militar: Lembrando as violações de direitos humanos. *Tempo Social*, 33(2), 289–309. <https://www.scielo.br/j/ts/a/5g5n4wdd8syJwfDvHHfpghM/>.
- Silva, I. O., & Martins, G. K. (2022). Apropriação da memória pela Ciência da Informação e o papel legitimador das Instituições de Memória. *Em Questão*, 28(2), e109562. <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109562>.
- Silva, J. K. T., Oliveira, D. A., & Dias, C. C. (2022). Contribuições dos estudos em organização para a recuperação e acesso aos documentos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Iris – Informação, Memória e Tecnologia*, 8, 04-25. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/59200>.
- Siqueira, J. C. (2010). Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 15(3), 52-66. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22694>.
- Rodrigues, G. M. (2012). Legislação de Acesso no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. *Acervo*, 24(1), 257-286.





<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/383>.

Souza, K. R., & Kerbauy, M. T. M. (2017).

Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, 31(61), 21-44.

<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>.

Stefanello, G. A. L. (2000). A mediação da imprensa paulista na construção da imagem da Amazônia: uma análise comparativa de dois períodos históricos, a ditadura e a democracia. *Comunicação & Informação*, 3(1), 56-54.  
<https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22863>.

Stefanello, G. A. L. (2003). Representações, imaginários e arquétipos míticos no discurso amazônico da imprensa brasileira. *Comunicação & Informação*, 6(1), 87-98.  
<https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24201>.

Tenaglia, M., & Rodrigues, G. M. (2018b). As recomendações das comissões da verdade no Brasil sobre os arquivos da Ditadura Militar: uma análise dos relatórios finais. *Em Questão*, 24(2), 280-299.  
<https://seer.ufg.br/index.php/EmQuestao/article/view/75820>.

Tenaglia, M., & Rodrigues, G. M. (2018a, 22-26 de outubro). Comissões da verdade brasileiras: das dificuldades de acesso aos arquivos às parcerias com as universidades. XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Londrina.  
[http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX\\_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1022](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1022).

Tenaglia, M., & Rodrigues, G. M. (2020). Negação, ocultamento e (falta de) gestão

documental: o acesso aos arquivos nos relatórios finais das comissões da verdade no Brasil. *Informação & Informação*, 25(1), 276-301.

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/36130>.

Uzêda, A. (2024, 3 de janeiro). Entrevista: “até hoje, parte da sociedade brasileira não sabe que viveu em uma ditadura”, diz historiador.  
<https://www.intercept.com.br/2024/01/03/entrevista-ate-hoje-parte-da-sociedade-brasileira-nao-sabe-que-viveu-em-uma-ditadura-diz-historiador/>.

